

## A EVIDENCIAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NAS EMPRESAS DO SETOR DE SAÚDE DA B3

### **Natália Carminatti da Silva**

Graduanda do curso de Ciências Contábeis  
Universidade Federal de Santa Catarina  
*e-mail: nataliacarminatti@hotmail.com*

### **Denize Demarche Minatti Ferreira**

Doutora em Engenharia do Conhecimento  
Universidade Federal de Santa Catarina  
*e-mail: denize.minatti@ufsc.br*

### **Lucas Martins Dias Maragno**

Mestre em Contabilidade  
Universidade Federal de Santa Catarina  
*e-mail: lucasmaragno@hotmail.com*

**Área Temática:** Iniciação Científica

## RESUMO

A pesquisa tem como objetivo verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas listadas no setor de Saúde da B3 no ano de 2016, de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 04. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva de abordagem quantitativa, por meio de análise documental, com base nas Demonstrações Financeiras Padronizadas divulgadas pelas empresas analisadas. A partir de um *check list* elaborado por Moura, Varela e Beuren (2014) em conformidade com o CPC 04, foi possível verificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis. A pesquisa também se utilizou da estatística descritiva e da ferramenta de correlação para inferir sobre os resultados. Os achados demonstram que 6,7% da amostra apresentou nível baixo, visto que faz referência a uma empresa. O nível médio/baixo representa 13,3%, correspondendo a duas entidades que cumpriram com 9 dos 18 requisitos considerados no *check list*, e o nível médio/alto 60% da amostra, contemplado pelas empresas que obtiveram de 10 a 13 pontos na aplicação do questionário. O nível alto de evidenciação é composto por 20% das empresas analisadas, referindo-se a três empresas que atenderam a 77,78%, 88,89% e 94,44% das divulgações obrigatórias dos intangíveis, segundo os quesitos de divulgação conforme o *check list* baseado no CPC 04. Os resultados da pesquisa corroboram com os de Moura, Varela e Beuren (2014). Os achados do estudo demonstram uma correlação positiva e significativa entre o nível de evidenciação e a quantidade de ativos intangíveis. Entretanto, não apresenta essa relação direta entre a quantidade de ativos totais e o nível de evidenciação de ativos intangíveis.

**Palavras-chave:** Evidenciação. Ativos Intangíveis. CPC 04.

## 1 INTRODUÇÃO

A conjuntura econômica mundial está em constante transformação, fazendo com que a passagem da era industrial para a era do conhecimento seja ainda mais notória, à medida que os avanços são conquistados. Anteriormente a geração de valor pelas organizações era oriunda da quantidade trabalho realizada, hoje esse valor é gerado pela forma que o conhecimento é associado aos seus bens e serviços. Basta considerar a razão pela qual compramos um novo produto. Não é porque o anterior não consegue cumprir sua função, mas porque o novo contém mais conhecimento (PULIĆ, 2008).

Desta forma, para suportar as exigências do mercado atual, com consumidores conscientes e cada dia mais exigentes, as entidades buscam continuamente melhorar os serviços prestados e/ou produtos oferecidos, pois assumem que para obter vantagens competitivas é necessário inovar. Tais melhorias acontecem com uma frequência cada vez maior, tendo em vista que as empresas estão inseridas em um mercado dinâmico, onde organizações de todos os portes procuram por diferenciação por meio da inovação de modo a alcançar os resultados esperados.

Nesse cenário, os ativos intangíveis se tornam essenciais, pois contemplam o estoque de conhecimento da organização e estratégia de mercado que, aliados ao talento de seus colaboradores, criam produtos e/ou serviços para satisfazer as necessidades desses consumidores. Para Schnorrenberger (2004), tais ativos são vitais para a competitividade e até continuidade das organizações. O autor considera o conhecimento dos ativos e da contribuição de cada um dos elementos formadores de desempenho domínios necessários para que uma organização possa atuar com foco no que lhe interessa.

Segundo Kayo (2002), ativos intangíveis são um conjunto estruturado de conhecimentos, práticas e atitudes da empresa que, associados aos seus ativos tangíveis, participam na geração de valor das entidades. Segundo Colauto et al (2009), os ativos intangíveis são recursos indispensáveis para a geração de riqueza nas entidades, considerando que promovem diferenciações entre empresas de um mesmo setor com recursos financeiros semelhantes. Tais ativos resultam na disparidade do lucro e do valor econômico das organizações.

De acordo com Perez e Famá (2005), é fundamental que a Contabilidade registre seus ativos evidenciando adequadamente, em conformidade com seus princípios, práticas e normas vigentes, de modo a garantir o prevailecimento da essência sobre a forma. Assim, considerando que sua aplicação está sujeita a legislação específica, estudos que consistem em relatar a maneira com que os ativos intangíveis estão sendo tratados são de extrema importância para a classe contábil, tendo em vista que permitem identificar o nível de relevância dado a esses ativos pelas entidades que os detém.

Para o alinhamento das normas brasileiras aos padrões internacionais, em 2008 foi criado o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Intangíveis, que faz correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 38. Tal Pronunciamento tem como objetivo a definição do tratamento contábil dado aos ativos intangíveis, bem como o estabelecimento de critérios para reconhecimento desses ativos, especificando sua forma de mensuração através de divulgações específicas.

Desta forma, esta pesquisa objetiva verificar de que forma as empresas listadas no setor de saúde da B3 evidenciam seus ativos intangíveis no exercício social de 2016, com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 04.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 ATIVOS INTANGÍVEIS

O Pronunciamento Técnico (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011), define ativo como “recurso controlado pela entidade, resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade”.

Quanto à característica fundamental dos ativos Iudícibus (2000, p.142) acredita que está na “sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os controla individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entradas de caixa.”.

Os ativos classificam-se em intangíveis e tangíveis. Estes representados por imóveis, terrenos, máquinas, entre outros e aqueles por marcas, patentes, capacidade de inovação, modelo de negócios, capital humano e afins. Segundo Meneses et al (2011), o toque é considerado uma característica de diferenciação desses ativos. Desta forma, ativos tangíveis se referem aos bens que fazem parte do patrimônio da empresa que são palpáveis, como móveis, imóveis e equipamentos. Já os ativos intangíveis se referem aos bens que não se pode tocar, mas se pode perceber, como as marcas, capacidade de interação com o público alvo e inovação. Assim, os ativos intangíveis são compreendidos pelos bens incorpóreos ou que não possuam existência física.

Já Martins (1972) acredita que a existência física seja condição insatisfatória para diferenciação entre ativos tangíveis e intangíveis, considerando tal critério contraditório a partir do momento em que o direito de uma empresa como duplicatas a receber faz parte dos ativos tangíveis mesmo não possuindo existência física.

De acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o ativo pode ser identificado e, assim, definido como intangível, quando:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. (CPC, 2010, p.7)

Hendriksen e Van Breda (1999), considerando as dificuldades para definição, bem como as incertezas relacionadas à mensuração de seus valores e estimação de suas vidas úteis, acreditam que os ativos intangíveis contemplam uma das áreas da Contabilidade de maior complexibilidade. Ainda assim, defendem que para seu reconhecimento é necessário que sejam relevantes, mensuráveis e tenham valor exato, assim como os ativos tangíveis. Diante desses critérios, Schnorrenberger (2004) ressalta a dificuldade de caracterização e registro dos intangíveis nas Demonstrações Contábeis, considerando o fato de tais ativos possuírem características tão dinâmicas quanto peculiares.

Apesar de a teoria normativa não considerar certos ativos intangíveis como parte integrante do patrimônio, Kayo e Famá (2004) classificam os intangíveis em: (i) ativos humanos, como o conhecimento, talento, capacidade, habilidade, experiência dos empregados, bem como empregados-chave, treinamento e afins; (ii) ativos de inovação, representados pela pesquisa e desenvolvimento, patentes, fórmulas secretas e outros; (iii) ativos estruturais, que são os processos, *softwares*, banco de dados, inteligência de mercado, entre outros; e (iv) ativos de relacionamento com públicos estratégicos, contemplados pelas

marcas, logos, direitos autorais, franquias, direito de exploração, contratos de licenciamento, de clientes ou de fornecedores e outros.

No que se refere ao controle, Hendriksen e Van Breda (1999) acreditavam que estava associado à posse legal, condição necessária para a garantia de recebimentos dos benefícios futuros. Para que o controlador seja identificado, os autores ressaltam que é importante o conhecimento de quem será beneficiado futuramente pelo intangível. Entretanto, o CPC 04 alega que, apesar de a ausência de direitos legais dificultar a comprovação de controle, a imposição legal de um direito não é condição imprescindível para o controle, pois a entidade pode exercer o controle de seus benefícios econômicos futuros de outro modo. Um exemplo disso são os ativos adquiridos via *leasing* financeiro. Não são de propriedade da empresa, porém são reconhecidos no ativo.

Quanto ao uso Schnorrenberger (2004) debate a utilização limitada entre os ativos tangíveis e intangíveis. Quando se trata do intangível, existe a possibilidade de um grande número de pessoas utilizarem ao mesmo tempo, o que difere da utilização dos ativos tangíveis, o autor ainda aponta uma perspectiva de crescimento e geração de retorno exponencial dos ativos intangíveis. Lev (2001) acredita na capacidade de uso simultânea dos ativos intangíveis em diferentes contextos, o que caracterizou como não rivalidade. O autor também defende a característica da sua capacidade de utilização em escala, enfatizando que tal potencial se limita apenas pela dimensão do mercado em que o recurso está inserido.

O impacto direto de intangíveis como o conhecimento nos resultados da entidade é considerado por Norton (2001) um evento raro, tendo em vista que influenciam indiretamente no lucro, pois, segundo o autor, dificilmente os ativos intangíveis criam valor de forma isolada. Faz-se necessário o agrupamento desses ativos, geralmente intangíveis, para a geração de valor. Isto é, o conhecimento deve ser aplicado a uma nova gestão estratégica ou sistema de informação para que a empresa obtenha melhores resultados, caracterizando a criação de valor.

Para Moura, Fank e Varela (2012), a gestão dos ativos intangíveis pode ser compreendida através do processo de identificação, desenvolvimento e atualização da experiência que a entidade adquiriu no decorrer do tempo, que deve estar alinhado à tecnologia organizacional bem como ao conhecimento estratégico da área de atuação da empresa.

Schnorrenberger (2004) ressalta que os ativos intangíveis são elementos de grande importância para as entidades, sobretudo para as que disponibilizam produtos ou serviços com alto valor agregado. Ainda, justifica as dificuldades na identificação e mensuração dos ativos intangíveis pela resistência de certos grupos econômicos. Porém, destaca que a análise e avaliação constante desses ativos são de extrema importância para a sobrevivência das empresas além de possibilitar o aprimoramento dos profissionais de Contabilidade.

## 2.2 ESTUDOS SIMILARES

Cardoso, Maia e Ponte (2012) compararam as práticas de *disclosure* dos ativos intangíveis adotadas pelos dez clubes de futebol mais valiosos do Brasil, de acordo com o ranking da empresa de consultoria financeira Crowe Horwath RCS (2009) e pelos dez mais valiosos do mundo, segundo a revista Forbes (2009). Os resultados demonstram que existe divergência significativa entre os níveis de *disclosure* dos clubes brasileiros e estrangeiros, constatando maior atenção dos clubes estrangeiros com relação à transparência das demonstrações contábeis.

Colauto et al (2009) analisaram o conteúdo da evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração (RA) das companhias abertas brasileiras no ano

de 2006. Os resultados obtidos indicam que as empresas listadas no Novo Mercado e no Nível 1 apresentam uma correlação positiva entre seus níveis de evidenciação de ativos intangíveis e respectivos desempenhos. Já as empresas do Nível 2 que possuem maior valor de mercado não evidenciam, de forma expressiva, maior número de características referente aos ativos intangíveis, o que pode ser decorrente da semelhança entre as empresas no que se refere à posse de características intangíveis.

Crisóstomo (2009) buscou compreender os aspectos contraditórios referentes ao tratamento de ativos intangíveis em diferentes mercados, comparando o Brasil a outros países. Através do resultado foi possível verificar que, no contexto internacional, não há uniformidade quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação desses ativos, ao passo que no Brasil foi identificada a falta de formalização normativa no que se refere aos aspectos pesquisados através da Lei nº 11.638/07 e do Pronunciamento Técnico CPC 04.

Cunha et al. (2010) se propuseram a identificar as divergências entre as formas de contabilização dos ativos intangíveis no contexto das normas brasileiras de Contabilidade e as alterações introduzidas pelas normas internacionais, através do pronunciamento IAS n.º 38, no que se refere ao tratamento contábil dos ativos intangíveis de quarenta empresas da Bovespa escolhidas aleatoriamente nos anos de 2005, 2007 e 2009. Os resultados mostraram que as normas brasileiras estão alinhadas com as normas internacionais, porém algumas empresas ainda não adotaram o procedimento correto, como exigido pelas normas brasileiras.

Mazzioni, Di Domenico e Bedin (2014) analisaram o nível de evidenciação das informações exigidas pelo CPC 04 em empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa em diferentes setores no ano de 2011. Os resultados constataram que nenhuma das empresas presentes na amostra alcançou 100% de conformidade na evidenciação dos ativos intangíveis. A maior porcentagem encontrada foi de 95%. Já a menor, 0%. Também foi possível concluir que apenas a variável rentabilidade apresentou relação proporcional com o nível de evidenciação.

Meneses, Ponte e Mapurunga (2011) verificaram a associação entre a divulgação de informações referente aos ativos intangíveis e as características das empresas listadas na BM&FBovespa, através de análise das notas explicativas das Demonstrações Contábeis de 125 empresas com diferentes atividades econômicas. Os resultados obtidos demonstram que a associação entre lucro e o *disclosure* dos ativos intangíveis é proporcional e a divulgação mais frequente observada se refere às classes dos ativos intangíveis, bem como o valor contábil, valor amortizado, vida útil e métodos de amortização utilizados.

Moura, Varela e Beuren (2014) verificaram se empresas com maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos. Os resultados indicaram que entre empresas de diferentes setores da BM&FBovespa, as que possuem maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de ativos intangíveis.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se classifica como descritivo, pois, segundo Gil (1991), o principal objetivo da pesquisa descritiva é a descrição das características ou fenômeno da população analisada, bem como o estabelecimento de relações entre variáveis. Ainda, de acordo com o autor, pode ser caracterizada como documental, considerando que se trata de uma pesquisa que trabalha com informações que não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaboradas conforme o objetivo do estudo.



A amostra inicial da pesquisa compreende as empresas do setor de Saúde listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, B3, no ano de 2016. A coleta de dados considerou as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas das empresas presentes na Tabela 1.

**TABELA 1 – Amostra da pesquisa**

CLASSIFICAÇÃO	EMPRESA
Comércio e Distribuição/Medicamentos e Outros Produtos	Biom S.A.
	Biotoscana Investments S.A.
	Brasil Pharma S.A.
	Cremer S.A.
	Dimed S.A.
	Nortec Química S.A.
	Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.
	Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A.
	Raia Drogasil S.A.
Equipamentos	Baumer S.A.
Serviços Médicos Hospitalares, Análises e Diagnósticos	Centro de Imagem Diagnósticos S.A.
	Diagnósticos da América S.A.
	Fleury S.A.
	Instituto Hermes Pardini S.A.
	Odontoprev S.A.
	Pacific RDSL Participações S.A.
	Qualicorp S.A.

Fonte: Autoria própria. Dados do *website* da B3.

A amostra final foi composta por quinze empresas, tendo em vista a exclusão de duas entidades que não apresentaram ativos intangíveis no Balanço Patrimonial de 2016 e a duplicidade de nove empresas que, pela similaridade nas atividades, estavam, simultaneamente, presentes em duas classificações, sendo elas Comércio e Distribuição e Medicamentos e Outros Produtos, conforme Tabela 1. Primeiramente se identificou o nível de evidenciação das empresas da amostra, através do *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014). Após ocorreu a classificação dessas empresas por meio da pontuação obtida pela aplicação do *check list* e, na sequência, as variáveis foram correlacionadas. As análises descritivas servem de suporte aos resultados.

**TABELA 2: Check List de itens do CPC 04.**

CONTEXTO DE AVALIAÇÃO	PERGUNTAS PARA IDENTIFICAR O NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS	
Vida útil/valor	1	Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?
	2	Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?
	3	Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?
	4	Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?

	5	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?
	6	Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?
	7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
	8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
	9	Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?
Amortização	10	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?
	11	Divulgou o valor contábil da amortização do período?
	12	Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?
	13	Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?
	14	Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?
Adições/baixas	15	Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?
	16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
	18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
	19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?
Reavaliação/ teste de impairment	20	Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?
	21	Divulgou o saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período?
	22	Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de <i>impairment</i> , de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	23	Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?
	24	Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?

Fonte: Moura, Varela e Beuren (2014).

O *check list* de Moura, Varela e Beuren (2014) a ser aplicado na presente pesquisa, foi elaborado em conformidade com o CPC 04. Desta forma, a Tabela 2 apresenta as informações que devem ser divulgadas de acordo com as orientações do Pronunciamento Técnico.

Ao aplicar o *check list*, atribuiu-se notas 0 e 1 para cada resposta, considerando nota 0 para as respostas que não estavam de acordo com as informações obrigatórias a serem divulgadas de acordo com o CPC 04 e nota 1 para as informações divulgadas em conformidade com referido Pronunciamento Técnico. A Tabela 3 demonstra o nível de evidenciação dividido em níveis como: baixo, médio/baixo, médio/alto e alto.

**TABELA 3 – Critérios para identificar o nível de evidenciação**

PONTUAÇÃO OBTIDA POR EMPRESAS EM %	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO
0 a 25%	Baixo
25,01 a 50%	Médio/baixo
50,01 a 75%	Médio/alto
75,01 a 100%	Alto

Fonte: Autoria própria.

A pontuação final foi contemplada pela soma das 24 respostas referentes as 24 perguntas do questionário, em sentido amplo e restrito. Para identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis calculou-se a proporção dos pontos de cada empresa em relação ao total de perguntas, conforme Tabela 3, que expõe os critérios adotados nesse estudo para determinar o nível de evidenciação.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

Neste tópico é demonstrada a forma com que os dados foram tratados através das análises realizadas. São elencados os valores dos intangíveis e total de ativos, conforme divulgado pelas empresas da amostra. Através da Tabela 4 é possível observar a proporcionalidade de ativos intangíveis comparada ao total de ativos de cada empresa no ano de 2016. O resultado do *check list* é explicado na sequência. A estatística descritiva e a correlação para inferir sobre os resultados também são expostas.

Ao analisar os dados dispostos a seguir é possível verificar que, no que se refere à representatividade, 40% da amostra tem entre 0 a 25% de ativos intangíveis em seu patrimônio, 33% alega possuir de 26 a 50% e 27% divulga um patrimônio composto por 51 a 75% de ativos intangíveis, sendo o maior percentual encontrado de 65,8%. Assim, observa-se que nenhuma empresa atribui mais de três quartos de intangíveis na composição de seu patrimônio. Também se pode constatar que mais de 70% da amostra evidencia seu patrimônio através de ativos tangíveis.

**TABELA 4 – Proporção do Ativo Intangível em relação ao Ativo Total.**

EMPRESA	ATIVO INTANGÍVEL EM REAIS	ATIVO TOTAL EM REAIS	PROPORÇÃO DE INTANGÍVEL EM RELAÇÃO AO ATIVO TOTAL
Biommm S.A.	29.402.000	237.385.000	12,39%
Biotoscana Investments S.A.	416.275.507	882.147.295	47,19%
Brasil Pharma S.A.	897.337.000	1.458.384.000	61,53%
Cremer S.A.	130.747.000	636.632.000	20,54%
Dimed S.A.	14.799.000	820.973.000	1,80%
Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.	87.158.000	775.576.000	11,24%
Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A.	725.072.000	2.712.233.000	26,73%
Raia Drogasil S.A.	1.174.056.000	5.659.303.000	20,75%
Baumer S.A.	624.000	170.692.000	0,37%



Centro de Imagem Diagnósticos S.A.	878.081.000	2.166.312.000	40,53%
Diagnósticos da América S.A.	2.597.217.000	5.124.727.000	50,68%
Fleury S.A.	1.523.724.000	3.005.820.000	50,69%
Instituto Hermes Pardini S.A.	279.341.000	1.016.582.000	27,48%
Odontoprev S.A.	538.034.000	1.358.010.000	39,62%
Qualicorp S.A.	2.362.342.000	3.589.787.000	65,81%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas DFP's de 2016.

Depois de concluída a aplicação do *check list*, foi possível observar seis perguntas, dispostas na Tabela 5, que receberam nota 0 em todas as empresas analisadas. Desta forma, consideraram-se essas perguntas como não aplicáveis, tendo em vista a nulidade integral das respostas obtidas. Para não comprometer a pontuação final de cada empresa, tais itens foram excluídos dos critérios determinantes do nível de evidenciação dos ativos tratados neste artigo.

**TABELA 5 – Perguntas que receberam integralmente nota 0.**

NÚMERO	PERGUNTAS QUE OBTIVERAM NOTA 0 POR 100% DA AMOSTRA
7	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita?
8	Divulgou o valor contábil de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações?
16	Divulgou o valor justo inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
17	Divulgou o valor contábil inicialmente reconhecido dos ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais?
18	Divulgou se os ativos intangíveis adquiridos por meio de subvenção ou assistência governamentais são mensurados, após o reconhecimento, pelo método de custo ou reavaliação?
19	Divulgou o valor contábil dos ativos classificados como mantidos para venda ou incluídos em grupo de ativos classificados como mantidos para venda e outras baixas?

Fonte: Autoria própria.

Com relação às demais perguntas foi possível constatar que oito delas foram pontuadas com nota 1 por mais que 75% da amostra, sendo a questão que trata da divulgação de informações sobre intangíveis separados em classe a que obteve pontuação nota 1 por 100% da amostra. Tal análise pode ser observada através da Tabela 6 que está exposta a seguir.

**TABELA 6 – Questões do *check list* que receberam nota 1 em mais de 75% da amostra.**

PERGUNTAS DO <i>CHECK LIST</i> QUE OBTIVERAM MAIOR NÚMERO DE NOTAS 1	% DA AMOSTRA COM NOTA 1
Divulgou informações sobre intangíveis separados em classes?	100
Divulgou o valor contábil da amortização do período?	93,33
Divulgou informações sobre a realização ou não do teste de <i>impairment</i> , de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	93,33
Divulgou se os intangíveis são de vida útil definida ou indefinida?	86,67

Divulgou informações sobre os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizadas?	86,67
Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no final do período?	86,67
Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no final do período?	86,67
Divulgou de forma separada o valor contábil das adições que foram geradas por desenvolvimento interno e as adquiridas, bem como as adquiridas por meio de uma combinação de negócios?	86,67

Fonte: Autoria própria.

As outras dez perguntas presentes no *check list* apresentaram a seguinte frequência: (i) cinco questões obtiveram nota 1 para 50,01 a 75% da amostra; (ii) uma questão recebeu pontuação 1 por 40% da amostra, que corresponde a 6 empresas; (iii) quatro questões foram pontuadas com 1 por 0 a 25% da amostra estudada. A Tabela 7 permite a compreensão desta análise.

**TABELA 7 – Perguntas do check list com frequência de notas 1 por até 75% da amostra.**

PERGUNTAS DO CHECK LIST COM FREQUÊNCIA DE NOTAS 1 POR ATÉ 75% DA AMOSTRA	% DA AMOSTRA COM NOTA 1
Divulgou os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida?	73,33
Divulgou o valor contábil bruto da classe de intangível no início do período?	60
Divulgou o valor contábil da amortização acumulada no início do período?	60
Divulgou a rubrica da demonstração de resultado em que qualquer amortização de ativo intangível foi incluída?	53,33
Divulgou a data efetiva da reavaliação do intangível?	53,33
Divulgou o saldo da reavaliação, relacionada aos ativos intangíveis, no início e no final do período?	40
Divulgou o valor dos compromissos contratuais advindos da aquisição de ativos intangíveis?	20
Divulgou o valor das provisões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	13,33
Divulgou o valor das reversões de perdas, reconhecidas no resultado do período, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos?	13,33
Divulgou os motivos que fundamentam e os fatores mais importantes que levaram à definição da vida útil definida ou indefinida do intangível?	6,67

Fonte: Autoria própria.

No que se refere à pontuação final de cada empresa para determinar o nível de evidenciação de seus intangíveis, a mesma é demonstrada através da representatividade de respostas que obtiveram nota 1 comparada ao total de perguntas. Deste modo, tornou-se possível a identificação do nível de evidenciação de cada entidade, em conformidade com os critérios adotados por este estudo. Esta determinação do nível de evidenciação é exposta a seguir, através da Tabela 8.

**TABELA 8 – Nível de evidenciação atribuído a cada empresa.**

EMPRESA	PROPORÇÃO DA PONTUAÇÃO EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PERGUNTAS	NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS
Biommm S.A.	50,00%	Médio/baixo
Biotoscana Investments S.A.	61,11%	Médio/alto
Brasil Pharma S.A.	77,78%	Alto
Cremer S.A.	72,22%	Médio/alto
Dimed S.A.	55,56%	Médio/alto
Ouro Fino Saúde Animal Participações S.A.	88,89%	Alto
Profarma Distrib. Prod. Farmacêuticos S.A.	55,56%	Médio/alto
Raia Drogasil S.A.	66,67%	Médio/alto
Baumer S.A.	5,56%	Baixo
Centro de Imagem Diagnósticos S.A.	55,56%	Médio/alto
Diagnósticos da América S.A.	66,67%	Médio/alto
Fleury S.A.	61,11%	Médio/alto
Instituto Hermes Pardini S.A.	66,67%	Médio/alto
Odontoprev S.A.	50,00%	Médio/baixo
Qualicorp S.A.	94,44%	Alto

Fonte: Autoria própria.

Ao observar a Tabela 8 é possível verificar que o nível de evidenciação dos ativos intangíveis é (i) baixo para 6,7% da amostra, que faz referência a uma empresa que recebeu apenas 1 ponto na aplicação do *check list*; (ii) médio/baixo para 13,3%, representando duas entidades que atenderam os critérios dessa pesquisa em 50%, ou seja, ambas cumpriram com 9 dos 18 requisitos considerados na amostra; (iii) médio/alto para 60% da amostra, que atenderam de 50,01% a 75% dos critérios estabelecidos; e (iv) alto para apenas 20% das empresas analisadas, nível obtido por apenas três empresas que atenderam a 77,78%, 88,89% e 94,44% das divulgações obrigatórias dos intangíveis, segundo o CPC 04..

A Tabela 9 possibilita a compreensão de que a média do índice de evidenciação obtido neste estudo é de 9,82, o que representa 57,7% de adequação aos 17 critérios estabelecidos no *check list*, elaborado com base nas informações obrigatórias a serem divulgadas pelas empresas, conforme CPC 04. Desta forma, a média do índice de evidenciação dos ativos intangíveis apresenta nível médio/alto, considerando que para ter nível alto deveria atender a, no mínimo, 75,01% dos critérios. O desvio padrão encontrado se mostrou significativo quando comparado à média, pois representa mais que 50% da média obtida.

Ainda sobre a análise da Tabela 9 se verifica uma generosa amplitude entre o valor mínimo e máximo do Ativo Total, o que ocasionou um desvio padrão que corresponde a mais de 90% da média encontrada. Esta, por sua vez, assume a proporção de 36,7% do valor máximo do Ativo Total. Com relação ao Intangível, percebe-se também amplitude significativa. Nesse caso, o desvio padrão se mostrou maior que a média, que correspondeu a 26,4% do máximo do Intangível.

**TABELA 9 – Estatísticas descritivas**

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Índice de Evidenciação	17	9,82	5,040	0	17
Ativo Total (Reais Mil)	17	2.076.755	1.892.676	140.024	5.659.303
Intangível (Reais Mil)	17	685.542	817.979	0	2.597.217

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 10 demonstra que existe correlação moderada e positiva (0,62) que indica, quanto maior o índice de evidenciação, maior o valor dos intangíveis que a empresa possui. Ao mesmo tempo, quanto mais ativos as empresas detêm mais intangíveis elas possuem (0,67). Entretanto, não apresenta essa relação moderada e positiva (0,26) diretamente entre a quantidade de ativos e o índice de evidenciação.

**TABELA 10 – Correlação de Spearman**

	Índice de Evidenciação	Ativo Total (Reais Mil)	Intangível (Reais Mil)
Índice de Evidenciação	1,00		
Ativo Total (Reais Mil)	0,26	1,00	
Intangível (Reais Mil)	0,61*	0,67*	1,00

\*significante a 1%.

Fonte: Autoria própria.

Observa-se que quanto mais intangíveis a empresa possui, mais evidenciação elas apresentam, ao mesmo tempo que quanto mais intangíveis elas possuem, maior é a chance desses ativos apresentarem redução ao valor recuperável, ou serem amortizados por classes diferentes, ou apresentarem alguma data da reavaliação, ou esses ativos serem dados em garantias, entre outras operações. O que contribui a um maior nível de evidenciação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou o entendimento dos ativos intangíveis como uma área tanto significativa quanto complexa e de um campo a ser explorado. Pode-se compreender que, apesar dos intangíveis serem grandes responsáveis pelo desempenho das empresas que os detêm, o processo de tratamento de tais ativos requer uma estrutura de avaliação mais solidificada, bem como um processo de gestão mais direcionado para a classe.

No que se refere à proporção de intangíveis em relação ao Ativo Total, verificou-se uma média no valor de R\$ 685.542.000,00 que corresponde a 26,4% do valor máximo do Intangível evidenciado pelas empresas estudadas. Tal análise demonstra que o nível de importância com que esses ativos são tratados varia de empresa para empresa, tendo em vista o reconhecimento e ignorância desses recursos que, no decorrer deste estudo, foram destacados como essenciais para o sucesso das organizações.

Quanto ao nível de evidenciação dos ativos intangíveis nas empresas que fizeram parte da amostra, os resultados demonstram que: (i) 20% obteve um nível de evidenciação alto, evidenciando informações que variam de 75,01% a 100% do que é exigido pelo CPC 04; (ii) 60% da amostra apresentou um nível de evidenciação médio/alto, considerando que

atenderam de 50,01% a 75% das informações que devem ser divulgadas; (iii) 13,3% das empresas alcançou nível de satisfação médio/baixo, o que significa que tais empresas evidenciaram entre 25,01% e 50% das informações obrigatórias; (iv) 6,7% obteve nível de evidência baixo, evidenciando entre 0% e 25% das informações.

A empresa que mais se destacou na pontuação do *check list*, com 94,4% de adequação aos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico é a mais que possui a maior representação de intangíveis em seu Balanço Patrimonial, vale ressaltar que ela faz parte do Índice Ibovespa. Enquanto a empresa que apresentou o pior desempenho, considerando que divulgou apenas 5,6% das informações obrigatórias impostas pelo referido Pronunciamento, é também a entidade que possui a menor proporção de ativos intangíveis (0,38%) se comparado ao ativo total.

O resultado da correlação positiva apresentada entre o nível de evidência e a quantidade de ativos intangíveis corroboram com os achados de Moura, Varela e Beuren (2014), onde as empresas que possuem maiores proporções de ativos intangíveis no ativo total e melhores práticas de governança corporativa apresentam maior conformidade com o *disclosure* obrigatório de tais ativos

Como limitação da pesquisa, aponta-se que somente foram analisadas as empresas do setor de Saúde no ano de 2016 listadas na B3. Outra limitação, refere-se à metodologia, o critério de 0 ou 1 aplicado ao *check list* não atinge, de certa forma, uma empresa que informou em Notas Explicativas que realizou a avaliação de seus ativos intangíveis sobre a necessidade de reavaliação, contudo não encontrou motivo para redução ao valor recuperável, assim não pontuou nesse quesito de divulgação do saldo da reavaliação.

Por fim, outros estudos com o objetivo de identificar se houve evolução ou não no processo de evidência das informações referentes aos itens intangíveis presentes no patrimônio das entidades do setor de Saúde, bem como em outros setores seriam de grande valia.

## REFERÊNCIAS

BM&FBOVESPA. **BM&FBOVESPA**. Disponível em:

<[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 27 de agosto de 2017.

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. **Práticas de disclosure do ativo intangível em clubes de futebol**. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. Anais. São Paulo: USP, 2012.

COLAUTO, R. D.; NASCIMENTO, P. S.; AVELINO, B. C.; BISPO, O. N. A. Evidência de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 143-169, 2009.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2010). Pronunciamento. **Ativo Intangível**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=35>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). Pronunciamento Conceitual Básico. **CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório**



**Contábil-Financeiro.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

CRISÓSTOMO, V. L. **Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países.** Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 1, 2009.

CUNHA, A. G.; SOUZA, A. A.; SANTANA, L. F.; MAGALHÃES, V. G.; PELEGRINI, V. S. P.; MALAQUIAS, R. F. **Evidenciação de ativos intangíveis: um estudo com empresas brasileiras.** In: SIMPÓSIO DE EXCELENÇA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7., 2010, Resende. Anais... Rio de Janeiro: AEDB, 2010.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

INTERFARMA. Associação das Indústrias Farmacêuticas de Pesquisa. **Dados do Setor.** Disponível em: <<https://www.interfarma.org.br/guia/guia-2017/dados-do-setor/>>. Acesso em 26 de agosto de 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 6a. ed., 2000.

KAYO, Eduardo K. **A estrutura de capital e o risco das empresas tangível e intangível-intensivas: uma contribuição ao estudo da valoração das empresas.** 2002. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KAYO, Eduardo K.; FAMÁ, Rubens. A estrutura de capital e o risco das empresas tangível-intensivas e intangível-intensivas. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo (RAUSP)**, São Paulo, v.39, n.2, p.164-176, abr./maio/jun. 2004.

LEV, B. Intangibles: management, measurement, and reporting. Washington: **Brookings Institution Press**, 2001.

MAZZIONI, S.; DI DOMENICO, D.; BEDIN, H. N. Evidenciação de informações dos ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto. **GEINTEC – Gestão, Inovação e Tecnologias**, São Cristóvão, v. 4, n. 5, p. 1501-1520, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à avaliação do ativo intangível.** Tese (Doutorado em Contabilidade) - FEA/USP, 1972.

MENESES, Anelise F.; PONTE, Vera M. R.; MAPURUNGA, Patrícia V. R. **Disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras.** 2011. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/congressos-antigos/v/images/215-2.pdf>>. Acesso em 31 de agosto de 2017.

MOURA, G. D.; FANK, O. L.; VARELA, P. S. Evidenciação dos ativos intangíveis pelas empresas do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOVESPA. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 17-32, 2012.

MOURA, Geovanne D.; VARELA, Patrícia S.; BEUREN, Ilse M. Conformidade do disclosure obrigatório dos ativos intangíveis e práticas de governança corporativa. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 5, São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v15n5/06.pdf>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.

PEREZ, M. M.; FAMÁ, R. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. **Revista Contabilidade e Finanças**, USP, São Paulo, n. 40, p. 7-40, Jan/Abr. 2006.

PULIĆ, A. **The principles of intellectual capital efficiency: a brief description**. Zagreb: **Croatian Intellectual Capital Center**. 2008. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Ante\\_Pulic/publication/265262960\\_The\\_Principles\\_of\\_Intellectual\\_Capital\\_Efficiency\\_-\\_A\\_Brief\\_Description/links/56bb34d108ae127edd55e515.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ante_Pulic/publication/265262960_The_Principles_of_Intellectual_Capital_Efficiency_-_A_Brief_Description/links/56bb34d108ae127edd55e515.pdf)>. Acesso em 16 de setembro de 2017.

SCHNORRENBERGER, D. Considerações gerais sobre ativos intangíveis. **Revista Contemporânea em Contabilidade**, n. 2, p. 85-107, 2004.